



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo nº: **0003686-29.2015.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Impugnação de Assistência Judiciária - Assistência Judiciária Gratuita**  
Requerente: **ROSELI ALVES CAMPOS**  
Requerido: **APARECIDO ALVES DE CAMPOS**

Justiça Gratuita

Vistos.

**ROSELI ALVES CAMPOS** impugnou a concessão do benefício da Justiça Gratuita para **APARECIDO ALVES DE CAMPOS**, afirmando sua aptidão para atender as despesas processuais, pois tem renda suficiente e patrimônio.

O impugnado refutou tal alegação, destacando que a prestação mensal aludida pela impugnante foi paga por ela mesma, não pelo impugnado.

Determinou-se ao impugnado exibir cópia de sua última declaração de imposto de renda, sobrevivendo informação de ser isento de tal obrigação.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Presume-se, até prova em sentido contrário, a sinceridade da declaração de insuficiência de recursos para o patrocínio da causa em juízo.

A jurisprudência segue essa orientação. Exemplo:

Supremo Tribunal Federal - STF

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - Constitucional - Acesso à Justiça - Lei nº 1.060/50 - CF/88, artigo 5, LXXIV.

A garantia do artigo 5, LXXIV - assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos - não revogou a de assistência judiciária gratuita da Lei nº 1.060/50, aos necessitados, certo que, para obtenção desta, basta



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

a declaração, feita pelo próprio interessado, de que a sua situação econômica não permite vir a Juízo sem prejuízo da sua manutenção ou de sua família. Essa norma infraconstitucional põe-se, ademais, dentro no espírito da CF/88, que deseja que seja facilitado o acesso de todos à Justiça (CF/88, artigo 5, XXXV).

(STF - REExt. nº 205.746 - RS - Rel. Min. Carlos Velloso - J. 26.11.96 - DJU 28.02.97).

É desnecessária a comprovação do estado de pobreza pelo requerente, a fim de lograr a concessão da assistência judiciária, sendo suficiente a sua afirmação de que não está em condições para arcar com as custas processuais, presumindo-se a condição de pobreza até prova em contrário (STJ, AgRg no Ag nº 908.647-RS, registro nº 2007/0126428-9, 5ª Turma, v.u., Rel. Des. Min. LAURITA VAZ, j. em 18.10.2007, DJU de 12.11.2007, p. 283).

Outrossim, o desfrute do benefício não exige miséria absoluta.

**ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - Conceito de necessitado.**

Não-exigência de diagnóstico de miserabilidade ou indigência - Benefício deferido a escrevente do Poder Judiciário - Inteligência dos artigos 1º e 2º parágrafo único, da Lei nº 1.060/50, Impugnação rejeitada - Agravo não provido.

(TJSP - AI nº 188.060-4/0-00 - 10ª C. - Rel. Des. Quaglia Barbosa - J. 20.03.2001).

Sucede que o impugnado não demonstrou a contento sua renda.

Segundo a impugnante, o impugnado adquiriu um caminhão Volvo e pagava prestações mensais de R\$ 4.967,00 (fls. 2). Para assumir tal encargo, é plausível concluir que o mutuário deve ou deveria ter renda mensal no mínimo duas vezes mais, talvez três.

Na resposta, o impugnado referiu um depoimento da impugnante, em que ela disse ter pago o caminho Mercedes-Benz (fls. 44, último parágrafo).

**Mas o impugnado nada esclareceu a respeito do pagamento das prestações do caminhão Volvo, muito menos de onde provinham os recursos financeiros.**

Argumentou, genericamente, que o serviço de transporte está precário (fls. 45) mas nada de concreto e de convincente informou a respeito de sua renda e suas atividades.

Sabe-se que não declarou imposto de renda nos últimos três anos (fls. 106). Mas pagando prestação mensal de quase R\$ 5.000,00, com valor anual de R\$ 60.000,00, estaria obrigado a declarar imposto de renda, pois teria auferido renda de no mínimo esses R\$ 60.000,00.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

Mesmo que a impugnante tenha pago metade das prestações, conforme afirmou em outra ocasião (fls. 48), ainda assim o autor teria renda, não informada, para pagar o restante.

De onde surgiu a receita para pagar prestação de R\$ 10.600,00 em março de 2014 (fls. 85)?

De onde surgiu a receita para pagar prestação de R\$ 5.467,00 em junho de 2013 (fls. 81)?

Como demonstrou renda perante a instituição financeira para obter financiamento tão expressivo?

No depoimento pessoal, no processo, o impugnado disse que deixava com Roseli, a impugnante, o carnê do financiamento e o cartão de banco, pois confiava nela, *e depositava na minha conta o dinheiro e Roseli pagava a prestação. Aliás, tudo que era meu eu deixava com ela para pagar* (fls. 229 daqueles autos).

Portanto, o impugnado tem renda mas, mesmo perante a impugnação apresentada, deixou de esclarecer qual é, o que coloca em dúvida a veracidade da declaração de insuficiência de recursos.

Diante do exposto, **acolho a impugnação** e casso o benefício da Justiça Gratuita.

P.R.I.C.

São Carlos, 06 de outubro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito